

A COPERAÇÃO CONTINENTAL NA AMÉRICA LATINA MERCOSUL

Arnaldo RICOBOM

Departamento de Geografia (Universidade Federal do Paraná Brasil)

Em um mundo cada vez mais interdependente pela revolução nas telecomunicações e pelas redes empresariais criadas em torno destas, a integração comercial, industrial, tecnológica e cultural nos mais diversos cantos do planeta, fez com que o homem criasse novos modelos de crescimento e paradigmas de desenvolvimento econômico e social, que o levaram a um processo de globalização, praticamente irreversível.

Neste processo, passaram a imperar as políticas macroeconômicas de industrialização, comércio, desenvolvimento econômico e social em blocos, chamados de mercados regionais .

Diante desse quadro e na tentativa de enfrentar os mecanismos protetores destes fechados blocos macroeconômicos, as nações Latino-Americanas, especialmente o Brasil e a Argentina, que se encontravam isoladas, fragmentadas e em atitude de confrontação, perceberam que a continuação desta atitude as reduziria, dentro desta nova tendência econômica mundial, a um conjunto de populações pobres, com regimes políticos instáveis e economicamente dependentes das grandes economias, semelhante ao antigo sistema de colônias em que viviam.

Aproximando-se da linha traçada por outros países para a constituição dos grandes mercados regionais, estas nações tomaram consciência da necessidade de sua união, pois, concluíram que, juntas possuem população, recursos naturais e peso político, os quais, se adequadamente combinados, poderão levar a região, do Cone Sul Americano, a ser um dos principais pólos macroeconômicos mundiais.

Ressurge assim, a consciência de que a progressiva integração econômica, cultural, política e social da América Latina é uma exigência básica, uma alternativa para o desenvolvimento real, dentro dos novos paradigmas das políticas macroeconômicas mundiais do final no século XX e início deste

século XXI.

Desta forma nasce em 1991, o Mercado Comum do Cone Sul da América Latina - MERCOSUL, através dos protocolos assinados entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com a finalidade de intercambiar fatores de produção, políticas industriais e tecnológicas, com o objetivo estratégico de fortalecer os Estados-membros no processo de competição global.

O processo de criação deste Mercado Comum entre os países Latino-Americanos, não tem nenhuma semelhança com a criação de outros blocos econômicos, tem raízes próprias, partiu de interesses das elites empresariais brasileiras, principalmente paranaenses, não sendo, portanto, um modelo simplesmente copiado, mas:

A busca de uma união maior das forças livres, da livre iniciativa da América Latina, para que elas possam ter vantagens nas discussões comerciais que se travam fora do Continente, sendo esta a suprema prova da visão de um Mercado Comum diferente dos já existentes e, conseqüentemente, apropriado a todas as nossas realidades e necessidades. E isso já é, em si, uma visão muito diferente do Mercado Comum Europeu. (CABRAL 1992, p. 20),

A integração dos países Latino-Americanos, em forma de um bloco econômico passa a ser então, uma:

(...) ação construtiva e um meio de proporcionar o desenvolvimento econômico, social, harmônico e equilibrado da região, promovendo a especialização industrial e conduzindo a um mercado ampliado através da redução de barreiras e intercâmbio comercial. Um mercado em que o espaço geográfico será à base da "coesão espacial" em função das exigências determinadas pelas atividades econômicas [LLORENTE PASCUAL (1997, p. 08) trad. RICOBOM, A. E.]

Por outro lado, o interesse da criação de um Mercado Comum Latino-Americano visou primordialmente, criar alternativas outras que não a de simples subserviência colonial, o que nos livra de uma situação contingencial excessiva, de uma situação em que ficamos exclusivamente acorrentados a uma fórmula única de comércio exterior, naturalmente em regime colonial de tráfico.

As experiências passadas, na tentativa de criar um Mercado Comum para América Latina, não tiveram o êxito esperado, pois foram traídas no decorrer da

história pelas oligarquias de plantão, em função de interesses econômicos que se identificavam mais com os emergentes impérios mercantilistas, do que com os interesses nacionalistas de um continente forte e unido.

Assim foram feitas diversas tentativas de união continental, como a da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) por força do Tratado de Montevidéu, com objetivos imediatos mais modestos, mas mantendo, como meta de longo prazo o estabelecimento de um Mercado Comum na América Latina. Além disto, em 1964 foi constituído o Parlamento Latino-Americano, institucionalizado em 1988. Também não se pode esquecer de outras tentativas, como a constituição do Sistema Econômico Latino Americano (SELA), em 1975, mediante o convênio do Panamá e integrado por 25 Estados Membros, com objetivos de acertar posições comuns e impulsionar a cooperação econômica e social da região .

Essas e outras experiências, em nível Latino-Americano, com seus sucessos e fracassos, podem fornecer lições que precisam ser aproveitadas no andamento do processo deste Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, entre elas:

1. A primeira lição, é que a integração da América Latina não poderá ser feita de planos grandiosos, mas de medidas e projetos concretos e realistas implantados progressivamente.
2. Em segundo lugar, a integração não pode ser obra, somente, dos governos, mas da participação dos diversos segmentos da sociedade e desta como um todo.
3. Em terceiro lugar, uma integração na América Latina, não pode estender-se apenas ao campo econômico (comercial e industrial) intra-regional, mas também a área política, cultural, educacional e social.
4. Por último, a lição de que, uma integração Latino-Americana não pode ter expectativas de grandes ajudas, de recursos externos, é preciso ter consciência que devem ser mais bem aproveitados, os próprios recursos e as potencialidades de toda essa grande região do planeta.

Diante do exposto, são várias as razões que explicam e justificam amplamente esse diferente tipo de processo de integração, cujas origens remontam à Carta de Curitiba (1984), publicada pelas Entidades de Classe do Estado do Paraná, tendo a Federação das Associações Comerciais do Paraná como precursora da

idéia, a qual lançou na cidade de Curitiba, uma exposição de motivos, ainda que sintetizada, de um Mercado Comum Latino-Americano.

Para CABRAL, (1992, p. 11), o esforço desta Entidade de Classe do Estado do Paraná, para a criação de um Mercado Comum Latino-Americano, fez surgir o "Comitê Brasileiro Pró-Criação do Mercado Comum Latino-Americano".

Por outro lado, o mesmo autor (id.), chama a atenção para o processo de criação, que partiu da iniciativa privada, principalmente das elites empresariais e não da iniciativa governamental, portanto, um processo diferente dos outros blocos econômicos mundiais, que partiram da iniciativa dos Estados, ou por imposição destes, conforme configura o discurso de lançamento deste Comitê:

No curso de sua natural maturação, tal iniciativa será levada, como a exposição de motivos que se segue, ao conhecimento de Entidades de Classes Empresariais Brasileiras, objetivando a soma de esforços para a concretização do objetivo proposto (...). Os aspectos jurídicos, tecno-burocráticos e diplomáticos, que fatalmente surgirão, serão motivos de discussão em fases posteriores, à medida que o movimento tome corpo, ganhe apoio e respaldo junto a toda Comunidade Latino-Americana. (CABRAL, 1992, p. 11).

Sendo então, esta iniciativa de origem principalmente das elites empresariais, primeiramente paranaense, posteriormente brasileira e argentina, levaram rapidamente os governantes a entendimentos burocráticos, entre os países interessados e que culminaram na assinatura de um acordo bilateral de comércio, firmado inicialmente pela Argentina e o Brasil em Buenos Aires, no mês de julho de 1986, selado com assinatura da Ata para a Integração Argentino-Brasileira, a qual instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que foi ampliado em 1990, para formar uma zona de livre comércio .

A criação de uma zona de livre comércio entre os países da América Latina, mais especificamente Brasil e Argentina, foi mais um vislumbrar da possibilidade de tentar sair da crise econômica e do endividamento externo em que se encontravam os dois países.

Desta forma em 1990, os Presidentes Fernando Collor representando o Brasil e Carlos Menen representando a Argentina, assinaram a Ata de Buenos Aires, que visava a implantação de critérios de modernização para a implantação inicial de um Mercado Comum entre os dois países.

Em 26 de março de 1991, os dois países, juntamente com Paraguai e Uruguai que se associaram como convidados, assinam o Tratado de Assunção. Estava criado, portanto, o Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL .

Mais do que uma união aduaneira, a criação deste mercado comum implica, na existência da livre circulação de fatores de produção: pessoas, serviços e capitais. Implicou também, na adoção de políticas comuns, coordenação de legislações, fiscais, trabalhistas, empresariais e ambientais, assim como das comunidades.

Conseqüentemente, estes países que tinham suas economias direcionadas para as exportações aos mercados europeus, norte-americanos e asiáticos, passaram então, a enfrentar os problemas da falta de infraestrutura básica, para as suas interligações comerciais (transportes, comunicações), além de terem que incentivar o desenvolvimento, industrial e comercial, tiveram também que, estabelecer, regulamentações para a livre circulação de pessoas e mercadorias. Foi como um olhar para dentro dos problemas do continente Sul Americano.

Neste sentido CABRAL (1992, p. 22) coloca que: "Somente a criação de um Mercado Comum despertará a consciência Latino-Americana. O mercado depende dessa consciência e, se não tivermos um meio de criá-la implantada na sociedade do Continente, é difícil que se possa fazer mais".

LAURELLI Y SCHWEITZER¹, 1995 citado por VEIGA (1995, p. 86), ressaltam que os primeiros anos da vigência deste acordo foram destinados as construções de uma infraestrutura não existentes.

(...) durante estos años los procesos de integración al Mercosur, han generado el desarrollo de grandes proyectos de infraestructura de transportes entre los países involucrados; - rutas, corredores y Puentes-. Dichos proyectos insertos en el marco de la reestructuración socioeconómica y territorial, están configurando un nuevo mapa de la región, y al interior de las sociedades involucradas, particularmente con respecto al rol de las regiones fronterizas, que adquieren nuevos posicionamientos en el contexto nacional e internacional.

Contudo, os avanços intra-regionais, para o estabelecimento de uma infraestrutura básica para o desenvolvimento comercial, dentro deste Mercado

¹ LAURELLI, E. Y SCHWEITZER, A. *El despliegue territorial de la reestructuración económica y los procesos de integración*. Paper apresentado no Seminario Internacional no Inst. Estudios Urbanos, PUC, Santiago, julio, 1995

Comum, não têm se desenvolvido a passos largos, devido às disparidades das economias regionais juntamente com os nacionalismos extremados ou, até mesmo, por ligações históricas com a Europa e Estados Unidos e, principalmente, por seu restrito e, defasado mercado interno em um passado recente .

Por outro lado, em um processo de integração como este, em que participam economias com diferentes níveis de produtividade é necessário levar em conta a criação de mecanismos compensatórios, corretivos e protetores dos efeitos negativos, que surgem das desigualdades sócio-econômicas, vivenciadas até então por estes países.

Ao analisar tais desigualdades, nos países componentes deste Mercado Comum, CABRAL (1992, p. 22), coloca que:

... a razão mais encorajadora para se criar o Mercado é exatamente aquela que mais dificulta a criação do mesmo, isto é a questão dos desníveis tecnológicos existentes entre as diversas nações do Continente. (...) tais desníveis se acentuam ainda mais em termos de tecnologia e estágios, desenvolvimento econômico e política.(...)...na criação desse Mercado há de se encontrar tremendas barreiras quando se sentarem à mesa de discussões, comunidades (...) com estágios bastante desiguais de tecnologia e de padrão de vida.

Apesar dos contratemplos, o MERCOSUL como um todo, tem se transformado, em uma área de absorção de investimentos, estrangeiros, principalmente aqueles provenientes de grupos transnacionais, que enxergam nesta união, uma ponte estratégica para penetrar em mercados emergentes.

Ao referir-se sobre este mercado emergente, GUTIERREZ (1998, p. 1) coloca que:

Desde 1991, quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram a criação do Mercosul, até hoje, o crescimento médio do comércio no âmbito deste acordo foi extremamente expressivo - da ordem de 29% - muito superior à taxa de crescimento do comércio internacional. O sucesso deste acordo pode ser atestado pela sua própria evolução: em 1996, a Bolívia e o Chile aderiram como países membros associados, enquanto negociações já foram iniciadas com o Peru, o México e União Européia para algum tipo de associação. Presentemente, o Mercosul constitui-se hoje no quarto maior mercado do mundo.

Deste modo, a integração econômica e social da América Latina, apesar das dificuldades que ainda enfrenta, já não é apenas uma opção teórica ou o sonho de alguns homens, como foi de Simon Bolívar, é um processo político, econômico e social que está em curso. É também um imperativo histórico que se põe a estas nações para enfrentar problemas comuns como, o da dívida externa, o protecionismo dos países desenvolvidos, o tratamento adequado para o capital estrangeiro e as empresas transnacionais, cujas soluções devem ser encaradas de forma coletiva.

Referencias bibliográficas:

- CABRAL, G. G. de A. *Mercosul: primeiro ensaio*, Brasília (DF), Editora Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.
- GUTIERREZ, M. B. S. *Desenvolvimento Sustentável no Mercosul: a proposta de um marco regulatório*. Texto para discussão Número 580. In: FORUM MERCOSUL-98. Curitiba, 1.998.
- LLORENTE PASCUAL, M. *Mercosur: el desafío de la integración ante el resto del mundo*. León (Espanha), 1.998. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras.
- MAGALHÃES FILHO, F. *O que é o MERCOSUL*. Curitiba, UFPR, 1992
- VEIGA, D. *Desarrollo local e integración regional: impactos sociales del Puen-te Colonia - Buenos Aires*. Informe final de Projeto de Investigação, realizado na Faculdade de Ciências Sociais de Montevideú, durante os anos de 1993 e 1994. Montevideú, 1995.